

MARINHA DO BRASIL
SERVIÇO DE SELEÇÃO DO PESSOAL DA MARINHA

*Concurso Público para ingresso no Quadro Técnico do
Corpo Auxiliar da Marinha
CP-T/2023*

**NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE
MATERIAL EXTRA**

ARQUEOLOGIA

QUESTÃO 1

De acordo com a Norma da Autoridade Marítima (NORMAM-10/DPC-2022), relativa à assistência e salvamento e às atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas e bens afundados, submersos, encalhados e perdidos, de quem é a competência para autorizar a pesquisa de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas jurisdicionais brasileiras, em terreno de Marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar?

- (A) Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA).
- (B) Diretor de Portos e Costas (DPC).
- (C) Centro Nacional de Arqueologia (CNA).
- (D) Comandante dos Distritos Navais (ComDN).
- (E) Divisão de Arqueologia Subaquática da Marinha do Brasil (DAS-MB).

QUESTÃO 2

Assinale a opção que apresenta as formas de proteção cultural previstas no parágrafo 1º do artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- (A) Vigilância, registro, inventário, desapropriação e tombamento.
- (B) Valoração, educação, inventário, acautelamento e registro.
- (C) Conservação, restauração, registro, desapropriação e tombamento.
- (D) Projeção, educação, inventário, registro e preservação.
- (E) Inventário, vigilância, conservação, manutenção e acautelamento.

QUESTÃO 3

Segundo Duran e Rambelli (2019), estudos de sítios arqueológicos específicos foram importantes para a ampliação do escopo temporal dos objetos de estudo da arqueologia náutica, pondo em xeque as perspectivas patrimoniais tradicionais, ainda marcadas pela ideia da arqueologia como estudo do passado distante. Com base nessas ideias, assinale a opção que apresenta os tipos de sítios arqueológicos aos quais os autores se referem.

- (A) Sítios arqueológicos intermitentes.
- (B) Sítios de abandono e/ou cemitérios de embarcações.
- (C) Sítios arqueológicos de zonas costeiras.
- (D) Sambaquis submersos.
- (E) Sítios arqueológicos contemporâneos.

QUESTÃO 4

Correlacione os equipamentos de prospecção indireta, segundo Rambelli (2002), às suas funções e assinale a opção correta.

EQUIPAMENTOS

- I- Sonar de varredura lateral
- II- Magnetômetro de prótons
- III- Câmera de vídeo
- IV- Diagramador do subsolo marinho

FUNÇÕES

- () Transmissor acústico de baixa frequência que envia até o subsolo marinho impulsos sonoros que são refletidos pelas camadas subjacentes ou por objetos enterrados.
- () Sistema de encanamentos que se encaixam ao motor do barco. Quando acionado, direciona um turbilhão de água para o fundo aquático.
- () Detecta as variações do relevo do fundo mar. Um "peixe" rebocado por um barco emite feixes de ondas acústicas perpendiculares à sua trajetória e, então, as cristas de pedras, os bancos de areia, os restos de naufrágios e outras projeções vão sendo registrados num gráfico contínuo.
- () Auxilia direta ou indiretamente nos levantamentos arqueológicos subaquáticos sistemáticos feitos por mergulhadores e/ou por aparelhos de efeito geofísico.
- () Detecta as variações do campo magnético terrestre provocadas pela presença de materiais ferrosos como canhões, projéteis de ferro ou cascos de aço.

- (A) (IV) (-) (I) (III) (II)
- (B) (IV) (I) (-) (II) (III)
- (C) (II) (-) (I) (III) (IV)
- (D) (-) (IV) (III) (I) (II)
- (E) (I) (IV) (-) (II) (III)

QUESTÃO 5

Conforme Amaral *et al.* (2018), museus de arqueologia naval *in situ* são necessários e ações conjuntas entre instituições devem se fazer presentes, ainda mais sob a ótica da arqueologia subaquática que requer conhecimentos específicos. Segundo os autores, a criação desses museus deve considerar a interação entre:

- (A) conhecimento científico e sociedade.
- (B) interesses do Estado e interesse social.
- (C) conhecimento científico e potencial retorno financeiro.
- (D) interesse social e mercadológico.
- (E) fatores causadores do naufrágio e impacto social e ambiental causado pelo sinistro.

QUESTÃO 6

César (2012), em seu artigo "A Proteção jurídica do Patrimônio Arqueológico Subaquático na costa brasileira", toma pra si o conceito de patrimônio arqueológico dado pela Carta de Lausanne para Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico, a conhecer: "a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a elas associados". Sendo assim é correto afirmar que o patrimônio arqueológico constitui um bem cultural e guarda em relação ao ordenamento jurídico importante grau de relevância, no sentido de sua garantia. Com base na obra de César (2012), assinale a opção que NÃO apresenta um traço marcadamente exposto no ordenamento jurídico, sinteticamente apresentado pelo autor.

- (A) Obrigatoriedade de implantação de programas de educação patrimonial.
- (B) Proibição de aproveitamento econômico de sítios arqueológicos antes de serem devidamente pesquisados.
- (C) Necessidade de permissão ou autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para a realização de pesquisas e escavações arqueológicas.
- (D) Ausência de distinção entre bens arqueológicos emersos e submersos.
- (E) Sujeição à responsabilidade penal e administrativa para o causador do dano ao patrimônio arqueológico.

QUESTÃO 7

Com base na Instrução Normativa nº 001 de 25 de março de 2015, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe, no que se refere o capítulo V "Da responsabilidade pela Conservação dos Bens Arqueológicos", assinale a opção INCORRETA.

- (A) No caso da necessidade de análise dos materiais coletados durante a execução dos Projetos ou Programas fora da Instituição de Guarda e Pesquisa autorizada, caberá ao Centro Nacional de Arqueologia (CNA) aprovar a proposta do local de análise, sem prejuízo da sua destinação final.
- (B) A responsabilidade pela conservação dos bens arqueológicos é do Arqueólogo Coordenador durante a etapa de campo e da Instituição de Guarda e Pesquisa, após seu recebimento.
- (C) Os bens arqueológicos oriundos dos Projetos ou Programas previstos na presente Instrução Normativa deverão permanecer sob a guarda definitiva de Instituição de Guarda e Pesquisa localizada na unidade federativa onde a pesquisa foi realizada.
- (D) A Instituição de Guarda e Pesquisa deverá apresentar ao Centro Nacional de Arqueologia (CNA) o termo de recebimento correspondente ao inventário dos bens arqueológicos apresentado pelo Arqueólogo Coordenador do Projeto ou Programa.
- (E) A Instituição de Guarda e Pesquisa deverá apresentar ao Centro nacional de Arqueologia (CNA) relatórios semestrais sobre os bens sob sua responsabilidade.

QUESTÃO 8

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris no ano de 2001, reconhece a importância do Patrimônio Cultural Subaquático enquanto parte integrante do patrimônio cultural da humanidade e elemento particularmente importante na história dos povos, das nações e das suas relações mútuas no que concerne ao patrimônio comum. Sendo assim, assinale a opção que apresenta como a convenção conceitua Patrimônio Cultural Subaquático.

- (A) Patrimônio Cultural Subaquático significa todos os vestígios da existência do homem de caráter cultural, histórico ou arqueológico que se encontrem parcial ou totalmente, periódica ou continuamente, submersos há, pelo menos, 50 anos.
- (B) Todos os vestígios da existência do homem de caráter cultural, histórico ou arqueológico que se encontrem parcial ou totalmente, periódica ou continuamente, submersos há, pelo menos, 120 anos.
- (C) Todos os vestígios da existência do homem de caráter cultural, histórico ou arqueológico que se encontrem parcial ou totalmente, periódica ou continuamente, submersos há, pelo menos, 100 anos.
- (D) A convenção não estabelece um marco temporal específico para a definição de Patrimônio Cultural Subaquático.
- (E) Todos os vestígios da existência do homem de caráter cultural, histórico ou arqueológico que se encontrem parcial ou totalmente, periódica ou continuamente, submersos há, pelo menos, 150 anos.

QUESTÃO 9

De acordo com Amarante e Bava de Camargo (2017), no início da década de 1990, havia na Bahia um projeto apoiado pelo Ministério da Cultura, que previa inventariar e mapear os bens arqueológicos submersos, preservar os tipos navais ameaçados, recolher os objetos ligados à náutica e resgatar a memória técnica, social e simbólica ligada ao mar. Sendo assim, assinale a opção que apresenta o projeto supracitado.

- (A) SALVANAV - Salvamentos Arqueológicos e Náuticos Avançados.
- (B) ARCHEMAR - Comissão de Arqueologia, História e Estudos do Mar.
- (C) ARCHENAVE - Comissão de Arqueologia, História e Etnografia Naval.
- (D) OBSERVA BAÍA - Projeto de preservação e proteção do Patrimônio Cultural Subaquático da Baía de Todos os Santos.
- (E) CEAS - Comissão de Estudos de Arqueologia Subaquática.

QUESTÃO 10

Com relação aos fatores causadores de naufrágios delimitados por Rios (2010), coloque V (verdadeiro) ou F (falso) nas afirmativas abaixo e assinale a opção que apresenta a sequência correta.

- () Fator Humano - ocorre desde os primórdios da navegação devido a falhas do próprio homem, que podem ser enquadradas como Imperícia, Imprudência e Negligência, bem como quando existe a intenção ou vontade deliberada do afundamento, denominado de proposital.
- () Fator Hidrometeorológico - de fácil ocorrência na atualidade, mesmo com os avanços tecnológicos e formação do pessoal, vem a ser o desconhecimento das correntes, das mudanças bruscas dos regimes de ventos, da existência de monções e outros fenômenos meteorológicos.
- () Fator Estrutural - falta de manutenção, reparo imediato ou má construção da embarcação, acarretando em avaria de equipamento, peça, acessório ou material de bordo, tendo como consequência água aberta, encalhe, alijamento e/ou naufrágio.
- () Fator Logístico - comum até nos dias atuais, ocorre devido ao excesso de carga, má peiação ou má estivação (no porão, no convés ou mesmo no interior do contêiner), quer no granel, quer na carga geral, sem observar ainda a adequabilidade da embalagem, pondo em risco a estabilidade do navio, a integridade da própria carga e das pessoas de bordo, acarretando em alijamento de parte ou da totalidade da carga, banda, emborcamento e/ou naufrágio.
- () Fator Cartográfico - comuns nos dias de hoje mesmo com o avanço tecnológico na elaboração das cartas náuticas, acontece devido à dificuldade de levantamento de informações sobre o fundo.

- (A) (F) (F) (V) (V) (F)
- (B) (V) (F) (V) (F) (V)
- (C) (V) (V) (F) (V) (F)
- (D) (F) (F) (V) (F) (V)
- (E) (V) (F) (V) (V) (F)

QUESTÃO 11

De acordo com lei nº 7.542/1986, alterada pela lei nº 10.166/2000, a realização de excursões de turismo submarino, com turistas mergulhadores nacionais e estrangeiros, em sítios arqueológicos já incorporados ao domínio da União é livre, sendo vedada aos mergulhadores a remoção de qualquer bem ou parte deste. Para a realização dessa atividade, as empresas devem estar cadastradas em quais instituições?

- (A) Diretoria de Portos e Costas e Centro Nacional de Arqueologia.
- (B) Estado-Maior da Armada e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- (C) Marinha do Brasil e Instituto Brasileiro de Museus.
- (D) Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha e Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização.
- (E) Marinha do Brasil e Instituto Brasileiro de Turismo.

QUESTÃO 12

De acordo com Guimarães (2012), a lei nº 7.542 de 26 de setembro de 1986, modificada pela lei nº 10.166 de 27 de dezembro de 2000, tem sofrido inúmeras críticas e tem sido objeto de vários debates promovidos por arqueólogos e especialistas da área jurídica. As discussões sobre a necessidade de alterações nessa lei no que se refere aos bens submersos migraram do eixo acadêmico e alcançaram o campo político, quando em 2008 começou a tramitar o Projeto de Lei da Câmara nº 45 (PLC nº 45/2008). Conforme o autor, no PLC nº 45/2008, o patrimônio cultural subaquático brasileiro passou a ser constituído por:

- (A) todos os vestígios da existência do homem de caráter cultural, histórico ou arqueológico que se encontrem parcial ou totalmente, periódico ou continuamente, submersos há, pelo menos, 100 anos.
- (B) coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de Marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.
- (C) todos os vestígios da existência do homem, de caráter cultural, histórico ou arqueológico, submersos, situados nas águas jurisdicionais brasileiras, estando parcialmente ou totalmente debaixo de água, periódica ou continuamente, e que tenham sido avaliados por uma comissão de peritos como de interesse histórico, cultural ou arqueológico.
- (D) destroços de navios de casco de madeira afundados nos séculos XVI, XVII e XVIII; e embarcações e aeronaves afundados nas águas jurisdicionais brasileiras em situações declaradas de guerra nos conflitos da Guerra de Tríplice Aliança, Primeira Guerra Mundial e Segunda Guerra Mundial.
- (E) todos os vestígios da existência do homem, de caráter cultural, histórico ou arqueológico, submersos, situados nas águas interiores, no mar territorial e na plataforma continental brasileira, estando parcialmente ou totalmente debaixo de água, periódica ou continuamente, no mínimo há 50 anos.

QUESTÃO 13

Com base na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, Menezes (2015) destaca que os objetos arqueológicos e históricos encontrados na Área serão conservados e deles se disporá também em benefício da humanidade. No caso de requisição para guarda dos referidos objetos, a quem caberá sua titularidade?

- (A) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- (B) Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.
- (C) Estado ou País de origem do objeto encontrado.
- (D) Estado Parte da Convenção Unesco 2001.
- (E) Diretor-Geral da Convenção Unesco 2001.

QUESTÃO 14

A obra "História do Pensamento Arqueológico", escrita por Bruce G. Trigger (2011), traz reflexões e exemplos de práticas arqueológicas nas suas variadas vertentes teóricas. Dentre elas está a concepção histórica cultural, que resultou em significativos aperfeiçoamentos dos métodos arqueológicos, sendo esses mais evidentes, sobretudo no tocante a:

- (A) classificação, seriação e processo de formação.
- (B) dispersão, processo de formação e catalogação.
- (C) interpretação, organização e estratigrafia.
- (D) seriação, estratigrafia e classificação.
- (E) arqueometria, seriação e percolação.

QUESTÃO 15

Lipke *et al* (1993) apud Borrero *et al* (2022), no livro intitulado *Boats, A Manual for their Documentation*, propõem uma metodologia para registrar a forma das embarcações, as características construtivas e culturais. Essa metodologia está sequenciada em tarefas, sendo elas ordenadamente da seguinte maneira:

- (A) 1 - Fotografia, esboços, delineamento e desenhos básicos; 2 - Descrição básica e dimensões; 3 - Desenhos precisos de forma e características de construção; 4 - Estudo físico e cultural comparativo; 5 - Estudo contextual detalhado; e 6 - Estudo analítico da forma e replicação.
- (B) 1 - Estudo contextual detalhado; 2 - Fotografia, esboços, delineamento e desenhos básicos; 3 - Estudo físico e cultural comparativo; 4 - Estudo analítico da forma e replicação; 5 - Descrição básica e dimensões; e 6 - Desenhos precisos de forma e características de construção.
- (C) 1 - Desenhos precisos de forma e características de construção; 2 - Descrição básica e dimensões; 3 - Estudo físico e cultural comparativo; 4 - Fotografia, esboços, delineamento e desenhos básicos; 5 - Desenhos precisos de forma e características de construção; e 6 - Estudo analítico da forma e replicação.
- (D) 1 - Descrição básica e dimensões; 2 - Fotografia, esboços, delineamento e desenhos básicos; 3 - desenhos precisos de forma e características de construção; 4 - Estudo analítico da forma e replicação; 5 - Estudo contextual detalhado; e 6 - Estudo físico e cultural comparativo.
- (E) 1 - Estudo físico e cultural comparativo; 2 - Estudo contextual detalhado; 3 - Estudo analítico da forma e replicação; 4 - Desenhos precisos de forma e características de construção; 5 - Fotografia, esboços, delineamento e desenhos básicos; e 6 - Descrição básica e dimensões.

QUESTÃO 16

A obra "História do Pensamento Arqueológico", escrita por Bruce G. Trigger (2011), traz reflexões e exemplos de práticas arqueológicas distintas, bem como suas variações ao longo do tempo. Uma dessas práticas é a exposta por Shiffer (1976) *apud* Trigger (2011) em que ele acrescenta ao elenco de atividades arqueológicas o estudo de objetos materiais em sistemas culturais que perduram, correspondendo a uma tentativa de descrever e explicar o comportamento humano atual. Assinale a opção apresentada por Trigger (2011) para exemplificar a aplicação dessa linha de pensamento.

- (A) Projeto Iraque - Jarmo, dirigido por Robert Braidwood, que, entre 1948 e 1955, examinou uma série de sítios datados desde o paleolítico tardio até o começo do neolítico, na região de Kirkuk, no Oriente Próximo (Braidwood, 1974).
- (B) Projeto Lixo de William Rathje (1974), que empregou técnicas de análise arqueológica para estudar padrões de mudança no uso e na disposição de recursos na moderna cidade de Tucson, no Arizona.
- (C) Projeto Arqueológico Botânico de Tehuacan, dirigido por Richard S. MacNeish, que, entre 1960 e 1968, revelou uma sequência cultural ininterrupta de doze mil anos, desde tempos paleoindígenas até a conquista espanhola nos altiplanos do México (MacNeish, 1974; 1978).
- (D) Projeto "Pontos de partida para a interpretação funcional de culturas arqueológicas" (Willey, 1974b).
- (E) Projeto "Transição e tradição na pré-história do leste dos Estados Unidos" de Joseph Caldwell (1958).

QUESTÃO 17

De acordo Guimarães (2012), a Marinha do Brasil vem trabalhando, dentro da esfera de sua competência, no aprimoramento de sua atuação no controle e fiscalização das operações voltadas à intervenção em sítios arqueológicos submersos, tendo adotado diversas providências para a proteção do Patrimônio Cultural Subaquático brasileiro. Assinale a opção que NÃO apresenta uma dessas ações.

- (A) Intensificação das Patrulhas Navais (Patnav) e Inspeções Navais (Inav) em locais com atividades de exploração de bens submersos, realizadas por permissionários autorizados pela Marinha.
- (B) Atividade de exploração e resgate em sítios arqueológicos subaquáticos no litoral brasileiro com navios da Marinha do Brasil, em parceria com o Iphan, com o objetivo de formar acervo para os museus nacionais.
- (C) Investimento na formação de pessoal militar na área de arqueologia.
- (D) Realização de um seminário intitulado "Contribuições para a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático no Brasil".
- (E) Elaboração, em conjunto com o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam/Iphan)/Centro Nacional de Arqueologia (CNA/Iphan), de um Acordo de Cooperação Técnica para proteção do patrimônio cultural subaquático.

QUESTÃO 18

De acordo com Bittencourt *et al* (2018), a quem compete a coordenação, o controle e a fiscalização de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional?

- (A) Comissão Interministerial.
- (B) Autoridade Federal de Cultura.
- (C) Autoridade Marítima.
- (D) Comissão de Peritos.
- (E) Perito arqueólogo-mergulhador.

QUESTÃO 19

De acordo com a Norma da Autoridade Marítima (NORMAM-10/DPC-2022), relativa à assistência e salvamento e às atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas e bens afundados, submersos, encalhados e perdidos, correlacione os conceitos apresentados na norma às suas definições a primeira coluna às suas definições apresentadas abaixo e assinale a opção correta.

CONCEITOS

- I- Coisas ou Bens Perdidos
- II- Pesquisa
- III- Exploração
- IV- Remoção

DEFINIÇÕES

- () Ação desenvolvida para resgate de cascos soçobrados, sua carga ou pertences.
- () Retirada de bens soçobrados do local onde se encontram para outro, a fim de evitar riscos para a navegação ou danos ao meio ambiente.
- () Atividade desenvolvida em águas jurisdicionais brasileiras para localização de bens afundados ou soçobrados e avaliação do achado quanto à viabilidade de sua exploração econômica.
- () Espaços marítimos, nos quais o Brasil exerce jurisdição sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações e recursos naturais vivos e não vivos.
- () Qualquer material, equipamento ou embarcação que sofreu acidente nas águas jurisdicionais brasileiras e que seu paradeiro é incerto ou desconhecido.

- (A) (III) (IV) (II) (-) (I)
- (B) (III) (IV) (II) (I) (-)
- (C) (II) (IV) (III) (-) (I)
- (D) (IV) (III) (II) (I) (-)
- (E) (IV) (II) (III) (-) (I)

QUESTÃO 20

De acordo com Rambelli (2002), as primeiras tentativas de sistematizar a pesquisa arqueológica do universo subaquático só foi possível com a criação de um equipamento que permitiu uma maior facilidade de movimento e se revelou de imediato perfeitamente capaz de satisfazer às exigências da exploração no ambiente aquático. Assim, assinale a opção que apresenta o equipamento ao qual o autor se refere.

- (A) Bússola - equipamento que permite a orientação do arqueólogo no mar.
- (B) Propulsor - equipamento que permite transporte do mergulhador em grandes áreas.
- (C) Mosquetão - equipamento que prende um cabo à corda.
- (D) Aqualung - equipamento de mergulho autônomo.
- (E) Boia - evita que o mergulhador precise voltar à superfície depois de cada vestígio encontrado.

QUESTÃO 21

Conforme o texto da Convenção da Unesco sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático de 2001, assinale a opção correta.

- (A) As intervenções sobre o patrimônio cultural subaquático devem recorrer a métodos e técnicas de prospecção destrutivas, devendo dar-se preferência à recuperação de objetos.
- (B) Deve-se evitar o acesso do público ao patrimônio cultural subaquático *in situ*, visando proporcionar uma proteção adequada e a correta gestão do sítio.
- (C) A preservação *in situ*, como forma de preservação do patrimônio cultural subaquático, deverá ser considerada uma opção prioritária.
- (D) O programa de preservação não deve prever o tratamento dos vestígios arqueológicos durante as intervenções, somente após os artefatos encontrarem-se em segurança numa reserva técnica.
- (E) As intervenções sobre o patrimônio cultural subaquático só podem ser realizadas sob a direção e o controle de um mergulhador profissional.

QUESTÃO 22

De acordo com Rambelli (2002), o levantamento subaquático sistemático é a única maneira de pesquisar grandes ou pequenas áreas com presença de sítios arqueológicos, permitindo assim conhecer e inventariar o patrimônio cultural subaquático no próprio local. Para o autor, esse processo de inventário detalhado dos sítios é conhecido como:

- (A) memorial descritivo da faina.
- (B) carta patrimonial.
- (C) carta arqueológica.
- (D) projeto atlas.
- (E) carta patente.

QUESTÃO 23

De acordo com Guimarães (2012), o Projeto Atlas dos Naufrágios de Interesse Histórico da Costa do Brasil tem como objetivo criar uma base de dados sobre naufrágios de interesse histórico da costa do Brasil, os quais poderão ser visualizados por meio de cartas eletrônicas. Nesse projeto haverá a localização de cada naufrágio considerado de interesse histórico/arqueológico. Conforme o autor, assinale a opção que foi considerada para a inserção de um naufrágio nesse projeto.

- (A) Qualquer naufrágio que se encontre parcial ou totalmente, periódica ou continuamente submerso há pelo menos 100 anos.
- (B) Naufrágios que tenham ocorrido do início do século XVI até o ano de 1950.
- (C) Somente os destroços de navios de casco de madeira afundados nos séculos XVI, XVII e XVIII.
- (D) Apenas embarcações afundadas no litoral brasileiro na Primeira e na Segunda Guerra Mundial.
- (E) Bens afundados, submersos, encalhados ou perdidos em águas sob jurisdição nacional depois de decorridos cinco anos do afundamento ou encalhe.

QUESTÃO 24

Considerando que as Instituições de Guarda e Pesquisa são espaços para o desenvolvimento de ações de interação com o patrimônio cultural arqueológico, qual trinômio estabelecido na portaria nº 196 de 18 de maio de 2016 do Iphan essas instituições devem atender?

- (A) Pesquisa, envolvimento e interação.
- (B) Proteção, conservação e interação.
- (C) Pesquisa, conservação e socialização.
- (D) Proteção, manutenção e educação.
- (E) Pesquisa, impacto e divulgação.

QUESTÃO 25

De acordo com a Portaria Interministerial nº 69/1989 (Ministério da Marinha e Ministério da Cultura), que aprova normas comuns sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, para cada exploração científica autorizada será designada uma Comissão Interministerial. Em relação a essa comissão coloque F (falso) ou V (verdadeiro) nas afirmativas abaixo, assinalando a opção que apresenta a sequência correta.

- () Os membros da Comissão Interministerial devem recair sobre pessoal habilitado nas áreas de arqueologia, história da arte e outras áreas afins.
- () As decisões da Comissão Interministerial serão tomadas por consenso.
- () A Comissão Interministerial deverá indicar instituições para receberem todo o material resgatado da exploração científica.
- () O material resgatado, definido pela Comissão Interministerial como de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, permanecerá no domínio da União.
- () A Comissão Interministerial será constituída por seis membros do Ministério da Cultura.

- (A) (V) (V) (V) (V) (F)
- (B) (V) (F) (V) (F) (F)
- (C) (F) (V) (V) (F) (V)
- (D) (V) (V) (F) (V) (F)
- (E) (F) (F) (F) (V) (F)

QUESTÃO 26

De acordo com a Norma da Autoridade Marítima (NORMAM-10/DPC-2022) relativa à assistência e salvamento e às atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas e bens afundados, submersos, encalhados e perdidos, a pessoa física ou jurídica interessada na pesquisa, remoção, demolição ou exploração de bens submersos ou encalhados ou em excursão de turismo subaquático em sítios arqueológicos já incorporados ao domínio da União deverá:

- (A) obter permissão para autorização da pesquisa no Centro Nacional de Arqueologia.
- (B) enviar requerimento ao Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.
- (C) comunicar imediatamente à Capitania dos Portos/Delegacias e Agências da jurisdição, fazendo a entrega das coisas e dos bens que tiver a guarda ou posse.
- (D) apresentar memorial descritivo da faina. Caso a faina envolva atividades de mergulho, tal memorial descritivo deverá ser assinado por mergulhador científico devidamente habilitado.
- (E) ser previamente cadastrada na Capitania dos Portos/Delegacias e Agências com jurisdição na área onde executará a atividade.

QUESTÃO 27

De acordo com a Norma da Autoridade Marítima (NORMAM-10/DPC-2022), relativa à assistência e salvamento e às atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas e bens afundados, submersos, encalhados e perdidos, a quem compete realizar análise técnica e emitir parecer referente à exploração de coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico, cultural ou arqueológico pertencentes à União?

- (A) Estado-Maior da Armada (EMA).
- (B) Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).
- (C) Centro Nacional de Arqueologia (CNA)
- (D) Comando dos Distritos Navais (ComDN).
- (E) Diretoria de Portos e Costas (DPC).

QUESTÃO 28

Segundo Arnshav (2014) *apud* Duran e Rambelli (2019), a chamada *maritime garbology*, prática de pesquisa que pode ser traduzida como estudo arqueológico dos detritos modernos presentes em ambientes marítimos submersos, quebra a perspectiva de que os sítios submersos são estanques e se mantêm alheios aos acontecimentos contemporâneos. Os autores exemplificam algumas publicações que trabalham o tema de maneira insipiente e citam um trabalho publicado em 2009 ao qual consideram como sendo o primeiro esforço acadêmico de inclusão desse tipo de pensamento no âmbito nacional, levantando uma reflexão sobre comportamentos culturais de descarte em ambientes aquáticos. O trabalho supracitado foi escrito por:

- (A) Carlos Celestino Rios e Souza.
- (B) Pedro Paulo Funari.
- (C) Ricardo dos Santos Guimarães.
- (D) Gilson Rambelli.
- (E) Tania Andrade Lima.

QUESTÃO 29

A portaria nº 196, de 18 de maio de 2016, dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Institutos de Guarda e Pesquisa, o Termo de recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. Com base no disposto nessa portaria, assinale a opção INCORRETA.

- (A) Ao receber o processo administrativo, o Centro Nacional de Arqueologia (CNA) tomará as seguintes providências: analisar e deliberar sobre a homologação da Instituição no Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP); comunicar ao interessado; homologar o ingresso da instituição no CNGP; devolver o processo administrativo para a superintendência.
- (B) As instituições interessadas em salvaguardar bens arqueológicos deverão solicitar o seu cadastramento à Superintendência do Iphan no seu Estado, salvo as Instituições vinculadas a universidades, que devem solicitar diretamente ao Centro Nacional de Arqueologia (CNA).
- (C) A solicitação de cadastramento no CNIGP deverá conter os seguintes documentos: solicitação formal; atos constitutivos; regimento interno, quando houver; e cópia do auto de vistoria do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar ou protocolo de solicitação de visita.
- (D) Caso o Iphan constate que a Instituição de Guarda e Pesquisa é inapta, poderá retirar a guarda atribuída e recolher o acervo.
- (E) As Instituições de Guarda e Pesquisa cadastradas serão fiscalizadas e avaliadas periodicamente pelo Iphan.

QUESTÃO 30

A obra "História do Pensamento Arqueológico", escrita por Bruce G. Trigger (2011), traz reflexões e exemplos de práticas arqueológicas nas suas variadas vertentes teóricas. Uma dessas correntes teóricas foi denominada "Nova Arqueologia". Assim, assinale a opção que apresenta um dos principais expoentes dessa linha teórica.

- (A) Louis Leakey.
- (B) Michael Schiffer.
- (C) Klindt-Jensen.
- (D) Ian Hodder.
- (E) Lewis Binford.

QUESTÃO 31

A Norma da Autoridade Marítima nº 10, publicada pela Diretoria de Portos e Costas (NORMAM-10/DPC-2022), em sua seção III, versa sobre a excursão de turismo subaquático em sítios arqueológicos já incorporados ao domínio da União. Consoante ao exposto, assinale a opção correta.

- (A) A promoção de excursão de turismo subaquático em sítios arqueológicos já incorporados ao domínio da União é livre, não sendo necessária a comunicação a Capitania/Delegacia/Agência da Marinha (CP/DL/AG).
- (B) É vedada a remoção e não o manuseio de peças de qualquer parte do sítio arqueológico submarino, ficando a empresa promotora da excursão, com base no artigo 70, parágrafo segundo, da lei nº 9.605/1998, responsável pela fiscalização desse procedimento.
- (C) A promoção de excursão de turismo subaquático em sítios arqueológicos já incorporados ao domínio da União é livre, devendo a empresa que promove a excursão comunicar à Capitania/Delegacia/Agência da Marinha (CP/DL/AG), com antecedência mínima de trinta dias úteis, o período e o local onde ocorrerá a excursão.
- (D) A promoção de excursão de turismo subaquático em sítios arqueológicos já incorporados ao domínio da União é livre, devendo a empresa que promove a excursão comunicar à Capitania /Delegacia/Agência da Marinha (CP/DL/AG), com antecedência mínima de dez dias úteis, o período e o local onde ocorrerá a excursão.
- (E) É vedada a alteração ou a remoção de qualquer parte do sítio arqueológico submarino, ficando a cargo da Autoridade Marítima, com base no artigo 70, parágrafo segundo, da lei nº 9.605/1998, a responsabilidade pela fiscalização desse procedimento.

QUESTÃO 32

De acordo com Rambelli (2002), é comum a realização de um levantamento sistemático para a confirmação, e/ou localização, e/ou reconhecimento do sítio ou de sítios arqueológicos. O levantamento subaquático sistemático é a única maneira de pesquisar áreas com presença de sítios arqueológicos. Assinale a opção que, conforme o autor, apresenta o levantamento que permite a localização de sítios arqueológicos submersos que não estão visíveis aos pesquisadores.

- (A) Levantamento em pêndulos.
- (B) Levantamento em círculos concêntricos.
- (C) Levantamento descritivo.
- (D) Levantamento geofísico.
- (E) Levantamento com planadores.

QUESTÃO 33

A obra "História do Pensamento Arqueológico", escrita por Bruce G. Trigger (2011), traz reflexões e exemplos de práticas arqueológicas nas suas variadas vertentes teóricas. Uma dessas correntes teóricas foi denominada "Arqueologia Pós-Processual ou Contextual". Assim, assinale a opção que apresenta a tese básica dessa corrente teórica sobre a ideia de cultura material.

- (A) A cultura material não é um mero reflexo da adaptação ecológica ou da organização sociopolítica, também constitui um elemento ativo nas relações entre grupos, elemento que tanto pode ser usado para disfarçar relações sociais como para refleti-las. Grupos em franca competição podem valer-se da cultura material para enfatizar suas dessemelhanças, ao passo que um grupo étnico desejoso de usar recursos de outros pode tentar minimizar manifestações materiais de tais diferenças. Grupos de status elevado empregam ativamente a cultura material para legitimar sua autoridade.
- (B) A cultura material estabelece um contraste entre, de um lado, disciplinas como ecologia e economia, dedicadas ao estudo de regularidades oriundas da escassez de recursos e, de outro, as abordagens estruturais, empenhadas em estudar a ordem imposta pelos seres humanos a áreas de suas vidas, que, por conta de sua natureza simbólica, são meros reflexos passivos de comportamentos pragmáticos.
- (C) A cultura material reflete o comportamento humano em sua essência, o que faz com que a Arqueologia tenha um potencial interpretativo gigantesco e não necessita de ajuda de outras disciplinas para explicar seus paradigmas primordiais.
- (D) A cultura material está diretamente relacionada à ideia de uma sociedade superprodutora de resíduos relacionados ao consumo e sua profunda transformação comunicativa, apresentando-se como o principal objeto de estudo das civilizações passadas.
- (E) A cultura material são representações sociais dos povos do passado. A cultura material reflete o comportamento humano e, embora forneça uma explicação global plenamente satisfatória do comportamento humano ao longo do curso da história, não fornece dados em estado puro, e a informação nela contida deve ser transformada em dado histórico por meio de um procedimento gradual denominado de "arqueologia teórica".

QUESTÃO 34

De acordo com Rambelli (2002) a Carta Internacional sobre Proteção e Gestão do Patrimônio Cultural Subaquático (SOFIA, 1996) define Patrimônio Cultural Subaquático. Assim, assinale a opção que apresenta a definição correta trazida pela Carta.

- (A) O patrimônio cultural subaquático é entendido como patrimônio arqueológico que se encontra em um meio subaquático ou que tenha sido removido dele, inclusive os sítios e estruturas submersas, zonas de naufrágios e seu contexto arqueológico e natural.
- (B) O patrimônio cultural subaquático é entendido como patrimônio arqueológico que se encontra em um meio subaquático, excluindo-se os sítios e estruturas submersas, zonas de naufrágios e seu contexto arqueológico e natural.
- (C) O patrimônio cultural subaquático é entendido como patrimônio arqueológico que se encontra em um meio subaquático, não englobando os materiais que tenham sido retirados de maneira ilegal.
- (D) O patrimônio cultural subaquático é entendido como patrimônio arqueológico que se encontra em um meio subaquático parcialmente submerso, inclusive os sítios e estruturas submersos, zonas de naufrágios e seu contexto arqueológico e natural. Materiais removidos de sítios submersos passarão pela avaliação de uma comissão de peritos que avaliará a permanência ou não de seu status de patrimônio arqueológico.
- (E) O patrimônio cultural subaquático é entendido como patrimônio arqueológico que se encontra em um meio subaquático ou que tenha sido removido dele, desde que esse material seja oriundo de um naufrágio ocorrido antes da segunda guerra mundial.

QUESTÃO 35

As ações e atividades relacionadas com a preservação do patrimônio cultural material estão organizadas a partir de processos institucionais. Conforme a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan (Portaria nº 375 de 19 de setembro de 2018), assinale a opção que apresenta as formas da patrimonialização de um bem cultural material.

- (A) Educação Patrimonial, identificação e proteção.
- (B) Educação Patrimonial, normatização e conservação.
- (C) Identificação, reconhecimento e fiscalização.
- (D) Normatização, conservação e fiscalização.
- (E) Identificação, reconhecimento e proteção.

QUESTÃO 36

De acordo com Scatamacchia (2015), o registro arqueológico é o testemunho material das variadas atividades do homem e do seu processo histórico e, em muitos casos, representa o único documento sobre um determinado fato ou período. Conforme a autora, para uma recuperação efetiva dos dados, esse registro deve ser conservado e estudado tendo como base um:

- (A) memorial descritivo da faina.
- (B) projeto de pesquisa científica.
- (C) plano de conservação.
- (D) plano museológico.
- (E) relatório de exploração.

QUESTÃO 37

Com base na Instrução Normativa nº 001 de 25 de março de 2015, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe, assinale a opção que apresenta uma orientação conclusiva do Iphan referente aos empreendimentos de níveis I, II e III da tabela constante do Anexo I da referida instrução.

- (A) Elaboração do projeto executivo do empreendimento, minimizando os impactos aos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados e aos Bens Arqueológicos, apontando os sítios arqueológicos que porventura forem localizados nessa etapa e que poderão ser preservados *in situ*.
- (B) Paralisação da obra nos trechos ou áreas onde for identificado patrimônio arqueológico.
- (C) Avaliação do potencial arqueológico na área diretamente afetada (ADA) do empreendimento, acompanhado de recomendações para a elaboração do projeto executivo do empreendimento, inclusive recomendação de preservação *in situ*, quando couber, minimizando possíveis impactos ao patrimônio arqueológico.
- (D) Os sítios arqueológicos que serão preservados *in situ*.
- (E) Necessidade de realização de todos os demais procedimentos previstos pelo Projeto de Avaliação do Impacto ao Patrimônio Arqueológico e subsequente Relatório de Avaliação do Impacto ao Patrimônio Arqueológico, de forma simultânea, na fase de obtenção da Licença de Instalação do empreendimento.

QUESTÃO 38

Reconhecendo a necessidade de proteger o patrimônio cultural, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) vem adotando diversas convenções para a sua proteção. Assim, assinale a opção que apresenta a convenção da qual o Brasil não é signatário.

- (A) Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais.
- (B) Convenção sobre a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.
- (C) Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.
- (D) Convenção para a proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado.
- (E) Convenção sobre a proteção do Patrimônio Cultural Subaquático.

QUESTÃO 39

A obra "História do Pensamento Arqueológico", escrita por Bruce G. Trigger (2011), traz reflexões e exemplos de práticas arqueológicas nas suas variadas vertentes teóricas. Uma dessas correntes teóricas foi a denominada "Nova Arqueologia", que foi fortemente influenciada pelo corpo de conceitos desenvolvidos por Ludwig von Bertalanffy na década de 1940. O principal objetivo de Bertalanffy era identificar regras fundamentais que regem o comportamento de entidades distintas (Trigger, 2011). Assim, assinale a opção que nomeia a teoria acima descrita.

- (A) Classificação, seriação e processo de formação.
- (B) Teoria Geral da Dispersão Controlada.
- (C) Teoria Geral do Difusionismo.
- (D) Teoria Geral dos Sistemas.
- (E) Teoria dos Sistemas Caóticos e Fractários.

QUESTÃO 40

Conforme elucidado por Bitencourt *et al* (2018), a proteção do patrimônio cultural localizado no leito da Amazônia Azul não é uma tarefa simples para Marinha do Brasil, principalmente devido às dimensões da costa brasileira. Preocupada com a proteção dos bens submersos sob o domínio da União, a Marinha Brasileira vem adotando diversas ações. Assim, assinale a opção que apresenta uma das ações para a proteção do patrimônio cultural realizadas pela Autoridade Marítima ao longo dos anos.

- (A) Desenvolvimento do projeto Patrimônio Cultural Subaquático na Amazônia Azul, que vem mapeando a plataforma continental brasileira e já identificou e catalogou 1716 naufrágios históricos.
- (B) Elaboração do projeto Água de Meninos, que busca conscientizar e ampliar a consciência marítima por meio da intervenção em escolas e ampliação da base curricular, introduzindo o tema Patrimônio Cultural Subaquático, nos cursos internos da Marinha do Brasil, bem como dos cursos oferecidos para terceiros, por meio das Capitânicas dos Portos regionais.
- (C) Parcerias com Universidades e empresas privadas, fomentando a intensificação das pesquisas na Área, bem como a disponibilidade dos dados obtidos por meio do repositório de informações navais.
- (D) Elaboração do Atlas dos Naufrágios de Interesse Histórico da Costa do Brasil, cujo projeto foi apresentado em diversas oportunidades à comunidade acadêmica nacional e internacional.
- (E) A Marinha do Brasil firmou parceria pública com o IPHAN e atualmente ambos desenvolvem o projeto de pesquisa UBOAT, que visa mapear as embarcações naufragadas nas ações dos submarinos alemães na costa brasileira.

QUESTÃO 41

O trabalho realizado por Ferreira e Rios (2017), intitulado "Arqueologia Subaquática: linhas de pesquisa científica no Brasil entre 1970 e 2014", teve como objetivo analisar as linhas de pesquisa científica na Arqueologia Subaquática Brasileira, entre 1970, o início das pesquisas com viés arqueológico em águas brasileiras, e 2014, ano que se completou vinte e um anos da primeira pesquisa acadêmica, que incluiu o Brasil oficialmente no cenário internacional da Arqueologia Subaquática. Com base na obra supracitada, assinale a opção que apresenta o tema com menor número de publicações.

- (A) Reflexões Teóricas sobre Arqueologia Subaquática.
- (B) Preservação e Conservação do Patrimônio Cultural Subaquático.
- (C) Sítios Depositários.
- (D) Sambaquis Submersos.
- (E) Sítios Terrestres Submersos.

QUESTÃO 42

Conforme Duran (2017), o delineamento da Arqueologia Subaquática no Brasil aos moldes efetivamente científicos exigidos pela disciplina só viria a existir no início dos anos 1990 com o início do projeto de mestrado de Gilson Rambelli em parceria com o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo - USP. Esse projeto foi crucial para a ampliação da discussão do tema e incentivou o aparecimento de novas pesquisas acadêmicas, inclusive em outras áreas do conhecimento. Nesse período foi fundado um centro de pesquisas na área, cujo compromisso é a prática arqueológica enquanto instrumento de transformação social, ética e politicamente engajada no que se refere à proteção do Patrimônio Cultural Subaquático. Com base no exposto, assinale a opção que apresenta o correto nome desse centro de pesquisa.

- (A) CEANS - Centro de Arqueologia Náutica e Subaquática.
- (B) CEAAq - Centro de Arqueologia de Ambientes Aquáticos.
- (C) CEAMS - Centro de Arqueologia Marinha e Subaquática.
- (D) CBAS - Centro Brasileiro de Arqueologia Subaquática.
- (E) CEAN - Centro de Estudos em Antropologia e Arqueologia Naval.

QUESTÃO 43

De acordo com a Norma da Autoridade Marítima (NORMAM-10/DPC-2022) relativa à assistência e salvamento e às atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas e bens afundados, submersos, encalhados e perdidos, as autorizações ou contratos para pesquisa, remoção, demolição ou exploração de coisas ou bens soçobrados ou encalhados poderão ser canceladas em algumas situações. Assim, analise as afirmativas abaixo sobre as situações nas quais esse cancelamento poderá ocorrer e assinale a opção correta.

- I- Quando houver desvio de material pertencente à União.
 - II- Quando for detectado que o processo utilizado para o resgate das peças está causando ou possa vir a causar prejuízo ou danos às coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico, cultural ou arqueológico.
 - III- Quando o perito arqueólogo não possuir o curso de mergulhador.
 - IV- Quando o relatório mensal das atividades não for entregue pelo segundo mês consecutivo.
- (A) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
 - (B) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
 - (C) Apenas as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
 - (D) Apenas a afirmativa II é verdadeira.
 - (E) Apenas a afirmativa III é verdadeira.

QUESTÃO 44

Conforme preconiza a Norma da Autoridade Marítima (NORMAM-10/DPC-2022) relativa à assistência e salvamento e às atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas e bens afundados, submersos, encalhados e perdidos, a quem compete designar Comissão de Peritos para avaliação das coisas ou bens resgatados quanto ao valor artístico, ao interesse histórico, cultural ou arqueológico e atribuição dos seus valores?

- (A) Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA).
- (B) Diretor de Portos e Costas (DPC).
- (C) Diretor do Centro Nacional de Arqueologia (CNA).
- (D) Comandante dos Distritos Navais (ComDN).
- (E) Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

QUESTÃO 45

De acordo com Amaral *et al.* (2018), os naufrágios passam por um rito de passagem até ingressarem na categoria de sítios arqueológicos de naufrágio. Os autores exemplificam esse rito por meio da análise de um naufrágio. Sendo assim, assinale a opção que apresenta o nome do naufrágio analisado.

- (A) Tridente.
- (B) Santa Rosa.
- (C) Parnaíba.
- (D) Kestrell.
- (E) Flórida.

QUESTÃO 46

Em conformidade com a lei nº 7.542 de 26 de setembro de 1986, modificada pela lei nº 10.166 de 27 de dezembro de 2000, aquele que achar quaisquer coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha a seus acrescidos e em terrenos marginais, não estando presente o seu responsável, fica obrigado a:

- (A) comunicar imediatamente o achado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), ficando com a posse até deliberação daquela autarquia.
- (B) entregar as coisas ou bens ao Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização.
- (C) não alterar a situação das referidas coisas ou bens, salvo se for necessário para colocá-los em segurança.
- (D) invocar em seu benefício as regras da lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil Brasileiro - que trata da invenção e do tesouro.
- (E) comunicar imediatamente o achado ao Centro Nacional de Arqueologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

QUESTÃO 47

De acordo com a Convenção da Unesco sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático de 2001, antes de qualquer intervenção sobre o patrimônio cultural subaquático deve ser elaborado um:

- (A) plano de impacto ambiental.
- (B) projeto piloto.
- (C) projeto de gestão.
- (D) plano de projeto.
- (E) inventário nacional.

QUESTÃO 48

Oliveira Torres e Farherr (2018) apresentaram um panorama geral da Arqueologia Marítima Histórica (AMH) no Brasil, desde o ponto de vista histórico de seu desenvolvimento, principais temas abordados, contribuições e lacunas na produção científica nacional. Com base na visão de conjunto, os autores observaram que:

- (A) as maiores contribuições na produção acadêmica nacional em AMH versam sobre assuntos ligados ao estudo de sítios de naufrágios.
- (B) os trabalhos essencialmente teóricos e epistemológicos vêm ganhando notoriedade e já se apresentam como parte significativa na produção nacional.
- (C) temas vinculados ao marco legal e a gestão do patrimônio cultural subaquático são pouco explorados.
- (D) discussões sobre o ensino da disciplina (AMH) representam parcela significativa da produção nacional.
- (E) o período de maior produção bibliográfica compreende a década de 1970 e início da década de 1980.

QUESTÃO 49

Com base no Anexo I, "Recomendações para a Conservação de Bens Arqueológicos Móveis", da portaria nº 196, de 18 de maio de 2016 do IPHAN, analise as afirmativas abaixo e assinale a opção correta.

- I- No caso de lavagem dos bens, deve-se optar pelo uso de água destilada ou deionizada, além de secá-los em superfícies limpas e inertes, priorizando o uso de ar quente.
- II- Caso para a análise se faça necessária a limpeza total do bem, sugere-se que uma amostra dos seus depósitos seja acondicionada em saco plástico, etiquetada e armazenada junto dele. Sugere-se, também, que uma amostra dos fragmentos seja selecionada para não ser limpa.
- III- Recomenda-se que seja planejado um local apropriado para montar um laboratório de campo, preferencialmente fechado, para realizar os procedimentos de conservação e de acondicionamento, visando minimizar deteriorações advindas das mudanças bruscas de temperatura e umidade sofridas a partir da extração do bem.
- IV- Recomenda-se, a fim de evitar degradações futuras, que os bens sejam higienizados com pincéis, escovas e trinchas macias e, sempre que possível, lavados em água corrente ou tratados com solventes específicos.
- V- Os bens coletados deverão ser inventariados pelo arqueólogo antes de serem entregues à Instituição de Guarda e Pesquisa.

- (A) Apenas as afirmativas I, III e V são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas II, III e V são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmativas III e IV são verdadeiras.
- (E) Apenas as afirmativas I, IV e V são verdadeiras.

QUESTÃO 50

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris no ano de 2001, reconhece a importância do Patrimônio Cultural Subaquático enquanto parte integrante do patrimônio cultural da humanidade e elemento particularmente importante na história dos povos, das nações e das suas relações mútuas no que concerne ao patrimônio comum. A convenção estabelece em seu Artigo 2º objetivos e princípios gerais. Nesse contexto, assinale a opção que NÃO faz parte do rol apresentado na publicação.

- (A) A preservação *in situ* do patrimônio cultural não será considerada opção prioritária antes de ser autorizada ou iniciada qualquer intervenção sobre o patrimônio.
- (B) A presente Convenção visa garantir e reforçar a proteção do patrimônio cultural subaquático.
- (C) Os Estados Partes adotarão todas as medidas apropriadas, necessárias para proteger o patrimônio cultural subaquático usando, para esse efeito, os meios mais adequados de que disponham.
- (D) O patrimônio cultural subaquático não será objeto de exploração comercial.
- (E) O acesso responsável e não intrusivo do público ao patrimônio cultural subaquático *in situ* para fins de observação e documentação deverá ser encorajado.

RASCUNHO PARA REDAÇÃO

TÍTULO:

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

